

Alice Operadora Ltda.

Demonstrações Contábeis
Individuais e Consolidadas em
31 de dezembro de 2025 e 2024



Índice

Relatório da administração	3
Balanços patrimoniais individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	5
Demonstrações do resultado individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	11
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	14
Demonstrações dos fluxos de caixa direto individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	15
Notas Explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas	16
1. Contexto operacional	16
2. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas	16
3. Ativo	27
3.1 Disponível	27
3.2 Aplicações financeiras	27
3.3 Créditos de operações com planos de assistência à saúde	28
3.4 Despesas de comercialização diferidas	30
3.5 Créditos tributários e previdenciários	30
3.6 Bens e títulos a receber	31
3.7 Investimentos	32
3.8 Imobilizado	34
3.9 Direito de Uso	36
3.10 Intangível	36
4. Passivo	39
4.1 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	39
4.1.2 Garantia das provisões técnicas	42
4.2. Débitos de operações de assistência à saúde	43
4.3. Provisões para ações judiciais	43
4.4. Tributos e encargos sociais a recolher	45
4.5. Débitos diversos	46
5. Capital social	48
5.1. Capital regulatório	48
6. Demonstração do resultado	49
6.1 Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	49
6.2. Eventos indenizáveis líquidos	50
6.3. Despesas de comercialização	51
6.4. Despesas administrativas	51
6.5 Resultado financeiro	52
6.6 Despesas patrimoniais	53
6.7 Resultado com resseguro	53
7. Transações com partes relacionadas	54
8. Seguros	56
9. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – RN 518/22	56
10. Demonstração dos fluxos de caixa	58

Relatório da administração

Em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis, a Alice Operadora Ltda. apresenta as demonstrações contábeis acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

a. Principais fatos internos e externos

Ao longo de 2025, a Companhia manteve seu foco na missão de tornar o mundo mais saudável. Durante o exercício, a prioridade estratégica foi a comercialização de planos de saúde empresariais voltados a pequenas e médias empresas, dando continuidade à trajetória de crescimento e aprimoramento operacional observada nos últimos anos.

Como resultado (i) do fortalecimento e da expansão das operações já existentes, (ii) do impacto positivo do novo modelo de atuação sobre a geração de receitas e (iii) da evolução consistente da eficiência operacional, a Companhia alcançou uma receita de R\$ 660.000.000 (seiscentos e sessenta milhões de reais) no exercício de 2025.

Paralelamente, houve melhora significativa e progressiva das margens do negócio, aliada ao ganho de escala da operação, que encerrou o ano com mais de 78 mil membros sob gestão.

b. Política de destinação de lucros e estratégia financeira

A Companhia apurou prejuízo no exercício social de 2025, em decorrência do nível de investimentos realizados para sustentar o crescimento e o desenvolvimento da operação, os quais superam a margem operacional do período. O resultado negativo foi absorvido pelo capital social da Companhia, o qual será reforçado conforme a necessidade de investimentos e de manutenção da suficiência do capital regulatório exigida pela agência reguladora.

A Alice Operadora integra o Grupo Alice e é financiada exclusivamente por capital próprio aportado por seus acionistas, não possuindo endividamento financeiro. Essa estratégia de capitalização deverá ser mantida ao longo de 2026, acompanhando a evolução do negócio e assegurando uma posição financeira sólida, capaz de oferecer segurança a beneficiários, colaboradores e fornecedores.

c. Organização Societária

A Alice Participações Ltda. detém 100% das cotas representativas do capital social da Alice Operadora Ltda., sendo sua única sócia.

Em abril de 2025, foi formalizada a documentação referente à reestruturação societária no âmbito do Grupo Alice, envolvendo a transferência das quotas/ações da Alice Tecnologia, então detidas pela Alice Participações, para a Alice Operadora. A operação foi realizada com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2025, data a partir da qual a Alice Operadora passou a reconhecer os resultados da investida por meio do método da equivalência patrimonial, nos termos do CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

A transação caracteriza-se como reorganização societária entre Companhias sob controle comum e foi efetuada com base no valor patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 70.776.464, conforme laudo técnico de avaliação elaborado pela Companhia em conjunto com seus assessores contábeis.

Por se tratar de operação entre Companhias sob controle comum, os ativos e passivos foram reconhecidos pelos respectivos valores contábeis, não havendo reconhecimento de ágio ou ganho na transação. A operação foi aprovada pelo Conselho de administração e devidamente registrada na JUCESP.

d. Estratégia de investimentos

A Companhia mantém seu foco em aprimorar continuamente a experiência dos membros, ao mesmo tempo em que a administração permanece comprometida com o fortalecimento e a escalabilidade da operação. A estratégia de investimentos está direcionada à expansão sustentável do crescimento, ao aumento da base de membros e da rede credenciada, e ao reforço das capacidades operacionais da Companhia.

Todos os investimentos realizados e planejados estão alinhados ao propósito de aprimorar a jornada dos membros e de assegurar que a operação permaneça robusta, eficiente e preparada para suportar a expansão acelerada do negócio.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Cotistas da
Alice Operadora Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alice Operadora Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Alice Operadora Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”.

Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis da Empresa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 27 de março de 2024, não continha modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
Contador CRC 1SP-354.256/O-5



Alice Operadora LTDA.
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Balanços patrimoniais individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais - R\$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE		267.136.654	158.900.895	275.930.011
Disponível	3.1	7.853.825	15.266.135	7.964.073
Realizável		259.282.829	143.634.760	267.965.938
Aplicações Financeiras	3.2	181.290.583	105.377.399	188.283.297
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		103.269.030	54.153.266	103.269.030
Aplicações Livres		78.021.553	51.224.133	85.014.267
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	3.3	26.502.339	18.062.173	26.036.376
Contraprestação pecuniária a receber		23.676.460	9.119.852	23.210.497
Participação de benefícios em eventos indenizáveis		2.825.879	-	2.825.879
Outros créditos de operações com planos de assistência		-	8.942.321	-
Despesas Diferidas	3.4	45.299.918	18.147.738	45.299.918
Créditos Tributários e Previdenciários	3.5	5.180.118	1.942.253	5.774.945
Bens e Títulos a Receber	3.6	492.490	105.197	673.047
Despesas Antecipadas		517.381	-	1.898.355
ATIVO NÃO CIRCULANTE		112.825.980	30.506.453	125.301.380
Realizável a Longo Prazo		203.537	182.544	203.537
Créditos Tributários e Previdenciários		-	-	-
Depósitos Judiciais	4.3	203.537	182.544	203.537
Investimentos	3.7	85.901.375	-	-
Imobilizado	3.8	-	-	8.802.823
Direito de Uso de Arrendamentos	3.9	-	-	9.930.944
Intangível	3.10	26.721.068	30.323.909	106.364.076
TOTAL ATIVO		379.962.634	189.407.348	401.231.391

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais – R\$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
PASSIVO				
PASSIVO CIRCULANTE		144.940.785	84.066.943	152.295.495
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	4.1	121.991.199	64.106.690	121.991.199
Provisões de Prêmios / Contraprestações				
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha – PPCNG		25.611.716	12.318.861	25.611.716
Provisão de Insuficiência de Prêmios		–	–	–
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS		174.056	285.758	174.056
Provisão para eventos a liquidar outros prestadores		40.919.252	21.599.730	40.919.252
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		55.286.175	29.902.341	55.286.175
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	4.2	10.298.127	10.852.171	10.298.127
Contraprestação/Prêmios a Restituir		11.163	–	11.163
Receita Antecipada de Contraprestações		3.492.533	1.751.407	3.492.533
Comercialização sobre Operações		6.794.431	1.236.246	6.794.431
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		–	7.864.518	–
Provisões		593.556	453.203	635.346
Provisões para Ações Judiciais	4.3	593.556	453.203	635.346
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	4.4	3.237.916	2.079.938	3.333.261
Débitos Diversos	4.5	8.819.988	6.574.941	16.037.563
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.5	8.530.896	15.100.077	22.444.943
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência – LP		8.530.896	15.100.077	8.530.896
Outras Exigibilidades de Longo Prazo		–	–	13.914.047
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		226.490.953	90.240.328	226.490.953
Capital social	5	360.487.344	138.000.177	360.487.344
Prejuízos acumulados		(133.996.391)	(47.759.849)	(133.996.391)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		379.962.634	189.407.349	401.231.391

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais - R\$)

		Controladora		Consolidado
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	6.1	629.576.076	349.068.140	629.576.076
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		645.551.880	355.756.811	645.551.880
Contraprestações líquidas		645.551.880	349.197.958	645.551.880
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		-	6.558.853	-
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(15.975.804)	(6.688.671)	(15.975.804)
Eventos indenizáveis líquidos	6.2	(517.687.157)	(292.353.090)	(517.687.157)
Eventos conhecidos ou avisados		(490.276.902)	(280.115.244)	(490.276.902)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(25.383.833)	(12.237.846)	(25.383.833)
Despesa com resseguro		(2.026.422)	-	(2.026.422)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		111.888.920	56.715.050	111.888.920
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		173.474	187.643	173.474
Receitas de Assistência à Saúde não relacionadas com Planos de Saúde				
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(14.311.858)	(11.224.231)	(14.311.858)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(7.678.824)	(4.529.871)	(7.678.824)
Provisão para Perdas sobre Créditos		(6.633.034)	(6.694.360)	(6.633.034)
Resultado Bruto		97.750.536	45.678.462	97.750.536
Despesas de Comercialização	6.3	(76.918.198)	(19.477.279)	(76.918.198)
Despesas Administrativas	6.4	(96.626.887)	(37.434.813)	(130.230.604)



(Valores expressos em reais - R\$)

(Valores expressos em reais - R\$)

		Controladora	Consolidado
	Notas	31/12/2025	31/12/2024
			31/12/2025
Resultado Financeiro Líquido	6.5	25.433.097	5.269.481
Receitas Financeiras		30.280.382	11.614.144
Despesas Financeiras		(4.847.285)	(6.344.663)
Resultado Patrimonial Líquido	6.6	(35.875.089)	-
Receitas Patrimoniais		2.648.429	-
Despesas Patrimoniais		(38.523.518)	-
Resultado antes dos impostos e participações		(86.236.542)	(5.964.149)
Impostos e Participações sobre o Lucro		-	-
Imposto de Renda		-	-
Contribuição Social		-	-
Impostos Diferidos	6.7	-	-
Prejuízo do exercício		(86.236.542)	(5.964.149)
			(86.236.542)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais – R\$)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Prejuízo do exercício	(86.236.542)	(5.964.149)	(86.236.542)
Resultado abrangente do exercício	(86.236.542)	(5.964.149)	(86.236.542)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais – R\$)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	106.000.177	(41.795.700)	64.204.477
Aumento de Capital	32.000.000	–	32.000.000
Prejuízo do Exercício	–	(5.964.149)	(5.964.149)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	138.000.177	(47.759.849)	90.240.328
Aumento de Capital	222.487.167	–	222.487.167
Prejuízo do Exercício	–	(86.236.542)	(86.236.542)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	360.487.344	(133.996.391)	226.490.953

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa direto individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais – R\$)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimento de Planos de Saúde	644.952.154	349.645.197	644.952.154
Resgate de Aplicações Financeiras	306.697.370	355.993.403	306.697.370
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	153.873	495.862	153.873
Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(453.709.424)	(265.612.281)	(453.709.424)
Pagamentos de Comissões	(85.512.294)	(34.116.977)	(85.512.294)
Pagamento de Pessoal	(57.650.504)	(8.681.686)	(58.796.229)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(98.380.875)	(41.170.882)	(108.764.610)
Pagamento de Tributos	(19.369.788)	(7.617.733)	(19.777.788)
Pagamentos de Aluguel (-)	(28.191)	-	(28.191)
Pagamento de Promoção/Publicidade	(281.008)	-	(8.677.008)
	(348.700.319)		
Aplicações Financeiras	)	(374.917.759)	(379.259.611)
Outros Pagamentos Operacionais	(67.070.471)	(9.200.919)	(67.067.471)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(178.899.477)	(35.174.492)	(229.789.229)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Pagamento Relativo ao Ativo Intangível	-	(7.519.470)	-
Outros pagamentos da atividade de investimento	(51.000.000)	-	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(51.000.000)	(7.519.470)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Integralização de Capital em Dinheiro	222.487.167	32.000.000	222.487.167
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	222.487.167	32.000.000	222.487.167
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(10.693.962)	(10.693.962)	(10.693.962)
Variação Líquida do caixa	(7.412.311)	(10.693.962)	(7.302.063)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(10.693.962)	(10.693.962)	(10.693.962)
CAIXA – Saldo Inicial	15.266.135	25.960.097	15.266.135
CAIXA – Saldo Final	7.853.825	15.266.135	7.964.073
Ativos Livres no Início do Período *	66.490.269	59.700.525	66.490.269
Ativos Livres no Final do Período *	85.875.377	66.490.269	92.978.339
Aumento/(Diminuição) nas Aplic Financ – RECURSOS LIVRES	19.385.109	6.789.744	26.488.071

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional

A Alice Operadora LTDA é uma sociedade empresária brasileira, com sede na Rua Rebouças, nº 3.535, Pinheiros, CEP 05402 600, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Constituída em 11 de março de 2019, a Companhia tem como objeto social a operação de planos privados de assistência à saúde.

Após a obtenção do Registro de Operadora junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar, a ANS, a Alice iniciou suas operações em fevereiro de 2020, com a comercialização de planos de saúde individuais e familiares, inicialmente com atuação restrita ao município de São Paulo.

Como parte de seu planejamento estratégico e da evolução de seu modelo de negócios, a Companhia descontinuou a oferta de planos individuais e familiares e passou a concentrar suas atividades na comercialização de planos empresariais, com foco em pequenas e médias empresas, ampliando gradualmente sua atuação geográfica. Nesse período, deu continuidade à execução de sua estratégia de crescimento, com aprimoramento de processos, ganho de eficiência operacional e expansão consistente de receitas e da base de beneficiários.

No exercício de 2025, a Companhia manteve sua trajetória de crescimento e consolidou sua posição no segmento empresarial. A receita apresentou crescimento de 85% em relação ao exercício anterior, enquanto o número de beneficiários aumentou 94% no mesmo período, refletindo a execução bem sucedida da estratégia comercial e a escalabilidade do modelo operacional. Ao final do exercício, a Companhia alcançou aproximadamente R\$660 milhões em receita e mais de 78 mil vidas sob gestão.

Para 2026, a estratégia permanece focada na continuidade do crescimento sustentável, com expansão da base de beneficiários, fortalecimento da eficiência operacional e consolidação de sua posição competitiva no mercado de saúde suplementar.

A companhia passou a apresentar, pela primeira vez no exercício de 2025, demonstrações financeiras consolidadas, em decorrência da estrutura societária vigente e da existência de controladas que passaram a requerer consolidação nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e transações da Empresa e de suas controladas, eliminadas as operações entre partes relacionadas.

2. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

2.1 Base de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram elaboradas em conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância das Normas Brasileiras de Contabilidade, e obedecem ainda aos padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por intermédio da RN nº 528/2022, bem como aos aspectos aplicáveis das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

A exigência da demonstração dos fluxos de caixa foi atendida mediante sua elaboração pelo método direto, conforme requerido pela RN nº 528/2024 e alterações posteriores, com a reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2).

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Alice Operadora e suas controladas diretas e indiretas, sendo preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. A consolidação é efetuada com base no conceito de controle, o qual é caracterizado quando a Companhia possui poder sobre a investida, exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de influenciar tais retornos por meio do exercício de seu poder.

Os saldos e transações entre as empresas consolidadas, bem como receitas, despesas e lucros não realizados decorrentes de operações intragrupo, foram eliminados no processo de consolidação.

A diretoria da Alice revisou, discutiu, aprovou e autorizou a publicação das demonstrações contábeis em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2026, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2.2 Bases de consolidação, investimentos e combinação de negócios

2.2.1 Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem a Alice Operadora LTDA e suas controladas diretas.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle e permanecem consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

Considera-se que há controle quando a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As práticas contábeis adotadas pelas controladas são consistentes com aquelas aplicadas pela Companhia. Na consolidação, são eliminados integralmente os investimentos nas controladas, os saldos e as transações entre as empresas consolidadas, bem como os resultados não realizados decorrentes dessas transações.

Alterações na participação societária em controladas que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais, registradas diretamente no patrimônio líquido.

Em 2025, a Companhia passou a deter o controle da Alice Tecnologia Ltda., em decorrência de reorganização societária interna do grupo econômico. A consolidação da referida controlada passou a refletir os seus ativos, passivos e resultados a partir da data-base da reorganização, conforme descrito na Nota Explicativa específica.

2.2.2 Investimentos e combinação de negócios

Nas demonstrações contábeis individuais, as participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 18 (R2).

Nas demonstrações consolidadas, quando aplicável, as combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição, nos termos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios. Nessa metodologia, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são reconhecidos inicialmente pelos respectivos valores justos na data de aquisição.

Eventual ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) corresponde ao excesso da contraprestação transferida sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, sendo submetido a teste anual de recuperabilidade, conforme CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Quando aplicável, a participação de acionistas não controladores é reconhecida pela parcela proporcional no valor justo dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

As operações de reorganização societária entre Companhias sob controle comum não configuram combinação de negócios para fins contábeis e são registradas com base nos valores contábeis, sem reconhecimento de ágio.

2.3 Reconhecimento da receita e custos com prestação de serviços

As receitas com serviços prestados compreendem as contraprestações decorrentes da comercialização de planos privados de assistência à saúde.

As receitas são reconhecidas quando (ou à medida que) a Companhia satisfaz suas obrigações de desempenho, transferindo ao beneficiário o controle dos serviços contratados, sendo mensuradas pelo valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, líquida de cancelamentos, descontos, abatimentos e tributos incidentes sobre a receita.

As contraprestações de planos de assistência à saúde são apropriadas pelo regime de competência, pelo critério pro rata die, durante o período de cobertura contratual, a partir do início da vigência de cada contrato.

Os custos com serviços prestados compreendem os eventos indenizáveis, incluindo despesas médico-hospitalares relativas aos atendimentos realizados pela rede credenciada aos beneficiários dos planos comercializados.

Os eventos indenizáveis são reconhecidos com base nas faturas apresentadas pela rede credenciada. Considerando que parte dessas faturas pode não ser apresentada dentro do período de competência, a Companhia constitui provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA), estimada com base em critérios técnicos e atuariais.

Os custos são reconhecidos no resultado pelo regime de competência, quando incorridos.

2.4 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.5 Disponível

Compreende caixa e depósitos bancários à vista, mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo.

Os saldos classificados como disponíveis são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras incluem investimentos com liquidez imediata ou com prazo original inferior a 90 dias, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

São classificadas como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, sendo os rendimentos apropriados ao resultado do exercício pelo regime de competência.

A Companhia mantém aplicações financeiras garantidoras vinculadas às provisões técnicas, em conformidade com a regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A movimentação e a composição dessas aplicações observam os critérios estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme detalhado na respectiva nota explicativa.

2.7 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

As contraprestações pecuniárias a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, correspondendo ao valor faturado aos beneficiários ou às pessoas jurídicas contratantes.

Subsequentemente, os créditos são avaliados ao custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas esperadas de crédito, constituída com base em análise histórica de inadimplência e demais critérios técnicos, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e com a regulamentação aplicável da ANS.

Os créditos são classificados no ativo circulante, exceto quando o prazo de realização exceder 12 meses após a data do balanço.

2.8 Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais, as participações em sociedades controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2).

Nas demonstrações consolidadas, os investimentos em controladas são eliminados contra o respectivo patrimônio líquido das investidas no processo de consolidação.

2.9 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, conforme CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas dos bens, revisadas periodicamente pela administração.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros de seu uso ou alienação. Eventual ganho ou perda decorrente da baixa é reconhecido no resultado do exercício.

2.10 Arrendamentos

A Companhia aplica o CPC 06 (R2) – Arrendamentos (equivalente ao IFRS 16), conforme regulamentação aplicável às operadoras supervisionadas pela ANS.

No início de cada contrato, a Companhia avalia se este contém um arrendamento. Quando aplicável, reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, correspondente ao valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa implícita no contrato ou, quando não disponível, pela taxa incremental de empréstimo da Companhia.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e depreciado pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo, o que for menor. O passivo de arrendamento é atualizado pelos encargos financeiros e reduzido pelos pagamentos efetuados, sendo as despesas financeiras reconhecidas no resultado ao longo do prazo contratual.

2.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente ao custo de aquisição e, subsequentemente, apresentados líquidos da amortização acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, conforme CPC 04 – Ativo Intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil econômica estimada, a qual é revisada periodicamente pela administração. Quando identificados indícios de perda no valor recuperável, os ativos são submetidos ao teste de recuperabilidade, conforme CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos quando atendidos os critérios de reconhecimento previstos nas normas contábeis aplicáveis, incluindo viabilidade técnica e econômica, intenção e capacidade de conclusão e geração de benefícios econômicos futuros. Os gastos que não atendem a tais critérios são reconhecidos como despesa no resultado quando incorridos.

Eventual ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), quando aplicável, não é amortizado e é submetido anualmente ao teste de recuperabilidade.

Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa ou alienação de ativos intangíveis são determinados pela diferença entre o valor líquido obtido na transação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício.

2.12 Despesas de comercialização diferidas

Representadas por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais diferidos, sendo a apropriação ao resultado realizada no período de 12 meses, de acordo com a Resolução Normativa nº 528/22 e alterações subsequentes.

2.13 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de impairment)

A companhia avalia, ao final de cada exercício social, ou sempre que houver indícios de perda, o valor recuperável de seus ativos não financeiros, conforme o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 2023, foi adquirida uma carteira de clientes, reconhecida como ativo intangível com base na expectativa de geração de fluxos de caixa futuros. Para fins de teste de recuperabilidade, a carteira é tratada como unidade geradora de caixa específica.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso, apurado mediante projeção dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo de 10 anos, período em que se espera a permanência dos beneficiários na carteira. As projeções consideram o número atualizado de membros ativos na data-base, a estimativa de cancelamentos, o ticket médio por beneficiário e demais premissas operacionais consistentes com o histórico observado.

Os fluxos de caixa são descontados a valor presente com base no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 14,13% ao ano, convertido para taxa equivalente mensal para fins de desconto dos fluxos projetados, refletindo as condições atuais de mercado e os riscos específicos do ativo.

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, o teste de recuperabilidade indicou que o valor recuperável da carteira de clientes é superior ao seu valor contábil, não havendo indícios de redução ao valor recuperável.

Em decorrência da atualização das premissas utilizadas na mensuração da obrigação assumida na aquisição da carteira, foi registrado ajuste de complemento no saldo do passivo relacionado à operação, cujo efeito foi reconhecido no resultado do exercício. Tal ajuste não decorre de perda de recuperabilidade do ativo intangível.

O saldo do ativo referente à carteira de clientes continua sendo amortizado pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada de 10 anos, contados da data de aquisição, em conformidade com o padrão de consumo dos benefícios econômicos esperados. Vide movimentação na nota explicativa 3.10

2.14 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele decorrentes fluam para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de evento passado, cuja liquidação seja provável e possa ser estimada com confiabilidade.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é esperada no curso normal do ciclo operacional da Companhia ou nos próximos 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são classificados como não circulantes.

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente decorrente de evento passado, sendo provável a saída de recursos para sua liquidação e quando o valor puder ser estimado com razoável segurança, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

2.15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

a) Ativos contingentes – Reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

b) Passivos contingentes – Provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos puderem ser mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Tributos correntes

A provisão para os tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável. A Companhia apura o lucro tributável com base no lucro real. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois é ajustado por adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite estabelecido pela legislação vigente no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A provisão e a despesa dos tributos sobre a renda são calculadas individualmente por sociedade, observadas as alíquotas vigentes na respectiva jurisdição, com base na legislação tributária em vigor na data de encerramento do exercício, cujos efeitos são reconhecidos no próprio exercício.

A administração avalia periodicamente a legislação tributária aplicável, adotando as melhores interpretações técnicas e decisões internas sobre procedimentos e pagamentos às autoridades fiscais.

b) Tributos sobre a renda correntes e diferidos

Os tributos correntes e diferidos sobre a renda são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, caso em que seguem o mesmo critério de reconhecimento contábil.

No caso de combinação de negócios, quando aplicável, os efeitos fiscais são considerados na contabilização da respectiva operação.

2.17 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com os pronunciamentos e normativos emitidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), estas provisões são representadas por: **(i)** Provisão de Contraprestação Não Ganha (PPCNG), constituída pela parcela da contraprestação correspondente ao período de risco a decorrer no mês de competência; **(ii)** Provisão para Remissão, constituída em função do falecimento do titular do plano para permanência dos dependentes pelo período contratual aplicável, calculada com base em metodologia atuarial que considera estimativas de sinistros futuros, expectativa de permanência no plano, premissas biométricas e taxa de desconto; **(iii)** Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar (PESL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela operadora, incluindo ressarcimentos ao Sistema Único de Saúde (SUS); **(iv)** Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), constituída conforme metodologia estabelecida pela ANS; **(v)** Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – SUS (PEONA-SUS), constituída conforme metodologia estabelecida pela ANS; **(vi)** Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC), quando aplicável, calculada com base em metodologia atuarial específica, em conformidade com as normas da ANS.

As metodologias de cálculo são formalizadas em notas técnicas atuariais e revisadas periodicamente, conforme exigências regulatórias.

2.18 Receita antecipada de contraprestação

Refere-se às contraprestações emitidas e recebidas antecipadamente ao respectivo período de cobertura contratual. Este passivo representa a obrigação da Companhia de prestar os serviços assistenciais durante o período contratado ou, caso não se concretize a cobertura, de proceder à devolução dos valores recebidos.

2.19 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com o modelo de negócio adotado para sua gestão e as características dos fluxos de caixa contratuais, nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados ao custo amortizado.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, quando aplicável, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição.

Redução ao valor recuperável (impairment) – Ao final de cada período de reporte, a Companhia avalia se há evidência objetiva de perda esperada sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A perda é reconhecida no resultado quando há expectativa de não recuperação total ou parcial dos fluxos de caixa contratuais.

A provisão para perdas é constituída com base na melhor estimativa da administração quanto ao risco de crédito, considerando informações históricas, condições atuais e projeções econômicas futuras. Eventuais reversões são reconhecidas no resultado quando houver melhora objetiva nas estimativas de recuperabilidade.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, na categoria de custo amortizado, sendo mensurados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são liquidadas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil do passivo baixado e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

2.20 Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer que a administração realize julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações relacionadas a passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis.

A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode resultar em ajustes significativos nos valores contábeis de ativos e passivos em períodos futuros, uma vez que os resultados efetivos podem diferir daqueles estimados, em função de alterações nas variáveis, premissas ou condições consideradas.

As principais estimativas e julgamentos críticos que tiveram efeito mais relevante sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

a) Vida útil do imobilizado e intangível de vida útil definida

Conforme descrito nas Notas Explicativas 2.9 e 2.11, a Companhia revisa anualmente as vidas úteis estimadas dos bens do imobilizado e dos ativos intangíveis com vida útil definida. Durante o exercício corrente, a administração revisou as estimativas relacionadas a benfeitorias em imóveis destinados a determinados ativos intangíveis, considerando a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

b) Provisões para ações judiciais

A Companhia reconhece provisões para contingências tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas quando a perda é considerada provável e o valor pode ser razoavelmente estimado.

A avaliação da probabilidade de perda envolve julgamento da administração, com base na posição dos assessores jurídicos e na análise do histórico de decisões em casos semelhantes. As provisões são revisadas periodicamente e ajustadas sempre que necessário.

c) Provisão para perdas estimadas sobre créditos

A Companhia constitui provisão para perdas estimadas sobre créditos considerando o risco de inadimplência dos diferentes segmentos de clientes.

Para as contraprestações pecuniárias a receber de beneficiários de planos de assistência à saúde, a provisão é constituída sobre valores vencidos há mais de 90 dias para planos coletivos e há mais de 60 dias para planos individuais, conforme regulamentação da ANS.

A administração avalia periodicamente a adequação dos critérios adotados, considerando o comportamento histórico da inadimplência e as condições econômicas vigentes.

d) Arrendamentos

Quando os contratos não apresentam taxa implícita determinável, a Companhia utiliza como taxa incremental de desconto a taxa que o arrendatário teria que pagar para captar recursos para aquisição de ativo similar, com prazo, garantias e ambiente econômico equivalentes.

A determinação dessa taxa envolve julgamento da administração e pode impactar os valores reconhecidos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento.

2.21 Teste de adequação do passivo – TAP

A Companhia não realizou o Teste de Adequação do Passivo (TAP) no exercício, conforme previsto na RN nº 528/2024 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, em conjunto com o Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01 de novembro de 2013, por não se enquadrar, na data-base das demonstrações contábeis, como operadora de grande porte, de acordo com os critérios estabelecidos pela regulamentação vigente.

A classificação do porte da Companhia foi efetuada com base nos parâmetros quantitativos definidos pela ANS para o exercício social, não sendo, portanto, aplicável a obrigatoriedade de realização do referido teste no período apresentado.

2.22 Novas normas contábeis emitidas e/ou revisadas

As normas e interpretações novas e revisadas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão destas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia avaliará os impactos e adotará tais normas quando entrarem em vigor, quando aplicável.

- **IFRS 18 / CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas demonstrações contábeis:** A norma estabelece novos critérios para apresentação e classificação das receitas e despesas na demonstração do resultado, incluindo a divisão em categorias operacionais, de investimento, de financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, além de novos requisitos de divulgação de subtotais definidos pela administração e informações desagregadas.

Também promove alterações no IAS 7 (CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), incluindo mudanças no ponto de partida do método indireto e na classificação de dividendos e juros.

Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

- **IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** A norma permite que subsidiárias elegíveis adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo os critérios de reconhecimento e mensuração das demais normas IFRS. Para elegibilidade, a Companhia deve ser controlada conforme IFRS 10 (CPC 36 (R3)), não possuir responsabilidade pública e estar incluída em demonstrações consolidadas preparadas de acordo com as IFRS.

Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

- **Alterações no CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e CPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** A atualização do CPC 18 permite o uso do método da equivalência patrimonial (MEP) para investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, alinhando as normas brasileiras com as internacionais. Essa mudança harmoniza as práticas contábeis, sem gerar impactos materiais, focando em ajustes de redação e atualização das referências normativas. A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

- **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** As mudanças buscam definir o conceito de moeda conversível e orientar sobre o tratamento de moedas não conversíveis, que devem ser avaliadas com base no propósito da transação e, se não conversíveis, a taxa de câmbio deve refletir as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis.

A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Normas ANS que entraram em vigor em 2024

Resolução Normativa nº 594 de 20 de dezembro de 2023

Altera a Resolução Normativa ANS nº 527, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa ANS nº 528, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa ANS nº 569, de 19 de dezembro de 2022; a Resolução Normativa nº 523, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa nº 522, de 29 de abril de 2022; e a Resolução Normativa nº 518, de 29 de abril de 2022, que tratam de assuntos diversos a serem aplicados pelas operadoras de Planos de Saúde Suplementar.

Resolução Normativa nº 597 de 16 de janeiro de 2024

A Resolução Normativa ANS nº 597/2024 estabelece novos critérios para constituição de Provisões Técnicas ligadas à PEONA SUS, reduzindo de 80% para 66% do total de eventos avisados nos últimos vinte e quatro meses, referentes aos procedimentos realizados na rede assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS), a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde, alterando a Resolução Normativa nº 574, de 28 de fevereiro de 2022.

Resolução Normativa nº 601 de 06 de março de 2024

Altera a Resolução Normativa ANS nº 521, de 29 de abril de 2022, que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar.

A mudança altera a necessidade de ativos garantidores para: débitos referentes aos processos de ressarcimento ao SUS sem inscrição em Dívida Ativa e sobrestados administrativamente, em virtude da decorrência de mais de cinco anos do vencimento da GRU emitida; débitos referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos referentes a operações de planos em preço pós-estabelecido que tenham como contrapartida créditos a receber de contraprestações pecuniárias/prêmios de operações de planos em preço pós-estabelecido; débitos do ressarcimento ao SUS dos Avisos de Beneficiários Identificados – ABI notificados e ainda sem a emissão das respectivas Guias de Recolhimento da União – GRU pela ANS; e valores registrados na Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmio – PIC.

Resolução Normativa nº 614 de 02 de outubro de 2024

Altera a Resolução Normativa ANS nº 521, de 29 de abril de 2022, que dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar. A mudança aumenta de 20% para 50% o limite de ativos garantidores em imóveis assistenciais.

Normas ANS que entrarão em vigor em 2026

Não há nenhuma norma econômico-financeira publicada até a presente data que entrará em vigor em 2026.

Continuidade Operacional

A Administração da empresa avaliou a capacidade de continuidade operacional para o período mínimo de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, conforme o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A avaliação considerou as projeções de fluxo de caixa, a capacidade de geração de resultados e o cumprimento das obrigações contratuais e regulatórias, inclusive os requerimentos estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Com base nessa análise, a Administração concluiu que não existem incertezas relevantes que possam levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional, razão pela qual as demonstrações financeiras foram elaboradas com base nesse pressuposto.

3. Ativo

3.1 Disponível

Representado por saldos em caixa, bancos e aplicações de liquidez imediata, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Bancos conta Movimento	2.385.539	4.296.790	2.495.787
Aplicação Financeira – CDB e Fundo	5.468.286	10.969.345	5.468.286
Total	7.853.825	15.266.135	7.964.073

3.2 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)	103.269.030	54.153.266	103.269.030
Aplicações Livres (ii)	78.021.552	51.224.133	85.014.266
Total	181.290.582	105.377.399	188.283.296

(i) A Companhia em conformidade com as disposições da RN ANS nº 573/2023, constituíram ativos garantidores vinculados à ANS por meio de aplicações financeiras elegíveis. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tais aplicações estavam substancialmente representadas por cotas do fundo Itaú Saúde RF CP FIC, constituído como ativo garantidor das provisões técnicas descritas na Nota Explicativa nº 4.1.

Os ativos garantidores foram mantidos em montante suficiente para cobertura das provisões técnicas exigidas pela regulamentação vigente.

(ii) Certificados de Depósito Bancário (CDB) emitidos por instituições financeiras de primeira linha e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros, com liquidez diária e remuneração indexada à variação do CDI. Em 2025, o rendimento das aplicações financeiras da Companhia e suas controladas ficou na média 100% CDI. Em 2024, 99% do CDI.

3.3 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

A provisão para perdas sobre créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na metodologia estabelecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS, a qual determina a constituição integral da provisão para créditos vencidos há mais de 60 dias, no caso de planos individuais, e há mais de 90 dias, no caso de planos coletivos empresariais.

A administração entende que a metodologia regulatória adotada reflete adequadamente as perdas esperadas associadas aos créditos de operações com planos de assistência à saúde e está em conformidade com os princípios do CPC 48 Instrumentos Financeiros, uma vez que incorpora critérios objetivos de deterioração de risco e reconhecimento tempestivo de perdas esperadas.

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde estão assim detalhados:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Planos médico-hospitalares	43.957.123	28.898.638	43.491.123
(-) Provisão para perda sobre os créditos	(20.280.664)	(19.778.786)	(20.280.664)
Participação dos beneficiários sobre os sinistros	3.399.367	-	3.399.367
(-) Provisão para perda sobre os créditos	(573.488)	-	(573.488)
Resseguros a receber (i)	-	8.942.321	-
Total	26.502.338	18.062.173	26.036.338

(i) Em 2025 houve a conclusão do processo de apuração e encerramento dos valores relacionados ao contrato mantido com a resseguradora. Após a definição final dos montantes devidos, foi realizado o encontro de contas com o passivo correspondente, resultando na baixa integral do saldo registrado em “Resseguros a receber” no exercício de 2025.



A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

O aging apresentado refere-se exclusivamente às contraprestações de planos de assistência à saúde.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
A vencer	18.787.916	6.234.167	18.787.916
Vencido entre 01 e 30 dias	6.755.317	3.100.177	6.289.354
Vencido entre 31 e 60 dias	2.047.076	794.181	2.047.076
Vencido entre 61 e 90 dias	1.120.962	643.018	1.120.962
Vencido há mais 90 dias	18.645.219	18.127.095	18.645.219
Subtotal	28.568.575	22.664.471	28.102.612
Total	47.356.490	28.898.638	46.890.528

Movimentação de provisão para perdas

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Saldos no início do exercício	(19.778.786)	(13.076.690)	(19.778.786)
Constituições	(12.131.911)	(9.172.824)	(12.131.911)
Reversões e baixas	11.056.545	2.470.729	11.056.545
Saldos no fim do exercício	(20.854.152)	(19.778.785)	(20.854.152)

3.4 Despesas de comercialização diferidas

A Companhia difere as comissões pagas aos agenciadores pela comercialização de planos de saúde de acordo com a RN ANS nº 528/2022. A movimentação das despesas de comercialização diferidas da Companhia e suas controladas é demonstrada a seguir

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Saldo no início do exercício	18.147.738	-	18.147.738
Constituições	86.956.144	29.804.290	86.956.144
(-) Amortizações	(59.803.964)	(11.656.552)	(59.803.964)
Total	45.299.918	18.147.738	45.299.918

O aumento das constituições no exercício de 2025 está relacionado à expansão do volume de contratos originados por meio do canal de corretores, que passou a representar a principal forma de captação de novos beneficiários. Como consequência, houve maior volume de comissões elegíveis à capitalização, impactando o saldo final das despesas diferidas.

3.5 Créditos tributários e previdenciários

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Imposto de Renda sobre Aplicações Financeiras (IRRF) (i)	5.180.118	1.942.252	5.774.945
Total	5.180.118	1.942.252	5.774.945

(i) Refere-se substancialmente a crédito de IRRF incidente sobre resgates de aplicações financeiras.

3.6 Bens e títulos a receber

		Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Adiantamentos a Funcionários	99.690	33.561	99.690
Outros títulos a receber - negociação (i)	989.115	71.636	989.115
(-) Provisão para Perdas Sobre Créditos (i)	(596.315)	-	(596.315)
Alice Serviços médicos	-	-	180.557
Total	492.490	105.197	673.046

(i) Refere-se a títulos renegociados com clientes inadimplentes e cancelados, cuja cobrança é realizada por meio de agência especializada. A provisão para perdas é constituída conforme a política da Companhia para títulos vencidos, considerando os critérios aplicáveis a créditos com atraso entre 60 e 90 dias.



3.7 Investimentos

Os saldos de investimentos na controladora e as principais informações das participações societárias em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão resumidas a seguir:

						Controladora	
						31/12/2025	31/12/2024
Participações em Instituições Não Reguladas	Resultado	Patrimônio Líquido	Participação no capital %	Participação no capital	Total	Participação no capital	Total
Alice Tecnologia LTDA	(35.875.089)	85.901.375	100%	85.901.375	85.901.375	-	-
Total				85.901.375	85.901.375	-	-

							Controladora
Participações em Instituições Não Reguladas	31/12/2024	Incorporação / Reorganização societária intragrupo	Aumento (Redução) capital	Equivalência patrimonial	Baixa / Depreciação	31/12/2025	
Alice Tecnologia LTDA	-	70.776.464	51.000.000	(35.875.089)	-	85.901.375	
Total	-	70.776.464	51.000.000	(35.875.089)	-	85.901.375	



Reorganização societária intragrupo

Alice Tecnologia Ltda.	01 de janeiro de 2025
Ativo Circulante	28.295.476
Caixa e equivalentes de caixa	23.124.370
Contas a receber – partes relacionadas	1.090.141
Impostos a Recuperar	3.821.872
Outros Ativos	259.093
Ativo dos ativos não circulantes	68.160.558
Impostos a Recuperar – LP	1.364.063
Imobilizado	10.947.392
Intangível	44.161.067
Direito de uso de arrendamento	11.688.036
Total do ativo	96.456.034
Passivo Circulante	10.161.939
Fornecedores	3.310.384
Passivo de arrendamento	1.437.194
Obrigações Trabalhistas e Sociais	5.360.583
Obrigações Tributárias	53.778
Passivo dos passivos não circulantes	15.517.631
Passivo de arrendamento – LP	15.517.631
Patrimônio Líquido	70.776.464
Capital Social	443.501.000
Prejuízos Acumulados	(299.558.889)
Resultado do Período	(73.165.647)
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	96.456.034

Em 2025, a Companhia passou a deter participação societária na Alice Tecnologia S.A., em decorrência de reorganização societária intragrupo, realizada por meio de cessão de quotas anteriormente detidas pela Alice Participações S.A.
A transação não envolve desembolso de caixa, tendo sido registrada pelo valor contábil da participação transferida, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis a transações entre partes relacionadas sob controle comum.

3.8 Imobilizado

Consolidado				
31/12/2025				
	Taxa média de depreciação anual %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Equipamentos de Informática	20%	11.432.700	(8.292.061)	3.140.639
Instalações	10%	845.677	(315.805)	529.872
Máquinas e Equipamentos	10%	206.953	(165.134)	41.819
Móveis e Utensílios	10%	2.101.694	(746.775)	1.354.919
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10%	5.986.285	(2.250.710)	3.735.575
Saldos em 31/12/2025		20.573.309	(11.770.485)	8.802.824

Movimentação do imobilizado

						Consolidado
	Equipamentos de			Benfeitorias em		
	Informática	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Imóveis de Terceiros	Total
Valor líquido 01/01/2025	4.003.232	639.753	77.818	1.613.304	4.613.285	10.947.392
Adições	1.336.671	-	9.958	-	-	1.346.629
Depreciação	(2.199.264)	(109.881)	(45.957)	(258.386)	(877.710)	(3.491.198)
Saldo em 31/12/2025	3.140.639	529.872	41.819	1.354.918	3.735.575	8.802.823

3.9 Direito de Uso

	Consolidado
	31/12/2025
Saldo inicial	11.688.036
Depreciação	(1.757.092)
Valor líquido em 31/12/2025	9.930.944
31 de dezembro de 2025	
Valor de custo	16.959.309
Depreciação acumulada	(7.028.365)
Valor líquido em 31/12/2025	9.930.944

3.10 Intangível

				Controladora
			31/12/2025	31/12/2024
	Taxa média de amortização anual (%)	Custo líquido de impairment	Amortização acumulada	Intangível líquido
Carteira de clientes	10	36.028.407	(9.307.339)	26.721.068
Total		36.028.407	(9.307.339)	30.323.909

Movimentação do intangível

	Controladora
	Carteira de clientes
Saldos em 31/12/2023	33.926.750
Amortizações	(3.602.841)
Saldos em 31/12/2024	30.323.909
Amortizações	(3.602.841)
Saldos em 31/12/2025	26.721.068

	Consolidado			
	31/12/2025			
	Taxa média de amortização anual (%)	Custo líquido de impairment	Amortização acumulada	Intangível líquido
Software	20	5.541.007	(4.432.806)	1.108.201
Software em desenvolvimento		78.534.807	–	78.534.807
Carteira de clientes	10	36.028.407	(9.307.339)	26.721.048
Total		120.104.221	(13.740.145)	106.364.076

Movimentação do Intangível

Consolidado				
	Software	Software em desenvolvimento	Carteira de clientes	Total
Saldos em 31/12/2023	-	-	33.926.750	33.926.750
Adições	-	-	-	-
Amortizações	-	-	(3.602.841)	(3.602.841)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2024	-	-	30.323.909	30.323.909
Saldos em 01/01/2025	2.216.403	41.944.664	30.323.909	74.484.976
Adições	-	36.590.142	-	36.590.142
Amortizações	(1.108.201)	-	(3.602.841)	(4.711.042)
Transferências	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	1.108.202	78.534.806	26.721.068	106.364.076

Teste de impairment e definição da vida útil

A empresa avalia, ao final de cada exercício social, ou sempre que houver indícios de perda, o valor recuperável de seus ativos não financeiros, conforme o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Carteira de clientes

Em 2023, foi adquirida uma carteira de clientes, reconhecida como ativo intangível e tratada, para fins de teste de recuperabilidade, como unidade geradora de caixa específica. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso, apurado mediante projeção dos fluxos de caixa futuros ao longo de 10 anos, período em que se espera a permanência dos beneficiários na carteira. As projeções consideram o número atualizado de membros ativos, estimativa de cancelamentos, ticket médio e demais premissas operacionais consistentes com o histórico observado e com as condições econômicas vigentes na data da avaliação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os fluxos de caixa projetados foram descontados a valor presente com base no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 14,13% ao ano, convertido para taxa equivalente mensal. Essa taxa reflete as condições de mercado e os riscos específicos observados no exercício de 2025.

A Administração revisa anualmente as premissas utilizadas no teste de recuperabilidade, incluindo a taxa de desconto, projeções operacionais e demais estimativas relevantes, ajustando-as conforme o cenário econômico, regulatório e operacional vigente em cada período. O ativo continua sendo amortizado pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada de 10 anos, contados da data de aquisição.

Softwares e softwares em desenvolvimento

Os demais ativos intangíveis são compostos substancialmente por softwares desenvolvidos ou adquiridos para uso nas operações, com vida útil estimada de 5 anos, amortizados pelo método linear. A definição da vida útil considera o ciclo de atualização tecnológica, a natureza dos sistemas desenvolvidos e o histórico de utilização.

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade desses ativos e, quando aplicável, determina o valor recuperável com base no valor em uso, mediante desconto dos fluxos de caixa estimados por taxa compatível com o custo de capital da Empresa e os riscos do ativo.

Resultado do teste

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que o valor recuperável dos ativos intangíveis, inclusive carteira de clientes e softwares, é superior aos respectivos valores contábeis, não sendo necessário o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável no exercício.

4. Passivo

4.1 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Prêmios / Contraprestações não Ganhas	25.611.716	12.318.861	25.611.716
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS	174.056	285.758	174.056
Provisão de Eventos a Liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	40.919.252	21.599.730	40.919.252
Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	55.286.175	29.902.341	55.286.175
Total	121.991.199	64.106.690	121.991.199

Movimentação das provisões técnicas

	Controladora					
	Provisão de Insuficiência de Prêmios	Prêmios / Contraprestações não Ganhas	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS	Provisão de Eventos a Liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	Total
Saldos em 31/12/2023	6.558.853	6.131.673	-	23.096.046	17.664.495	53.451.067
Constituições	16.147.085	360.132.369	285.758	297.217.065	12.237.846	686.020.122
Reversões	(22.705.938)	-	-	-	-	(22.705.938)
Baixas / pagamentos	-	(353.945.181)	-	(298.713.380)		(652.658.562)
Saldos em 31/12/2024	-	12.318.861	285.758	21.599.730	29.902.341	64.106.690
						-
Saldos em 31/12/2024	-	12.318.861	285.758	21.599.730	29.902.341	64.106.690
Constituições	-	677.856.835	226.099	433.038.413	25.383.833	1.136.505.179
Baixas / pagamentos	-	(664.563.980)	(337.800)	(413.718.891)	-	(1.078.620.671)
Saldos em 31/12/2025	-	25.611.716	174.057	40.919.252	55.286.175	121.991.199

						Consolidado
	Provisão de Insuficiência de Prêmios	Prêmios / Contraprestações não Ganhas	Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS	Provisão de Eventos a Liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	Total
Saldos em 31/12/2024	-	12.318.861	285.758	21.599.730	29.902.341	64.106.690
Constituições		677.856.835	226.099	433.038.413	25.383.833	1.136.505.180
Baixas / pagamentos		(664.563.980)	(337.801)	(413.718.891)	-	(1.078.620.672)
Saldos em 31/12/2025	-	25.611.716	174.056	40.919.252	55.286.175	121.991.198

4.1.2 Garantia das provisões técnicas

Os recursos garantidores vinculados e lastreados das provisões técnicas da Companhia e suas controladas estão aplicados de acordo com as determinações contidas na legislação vigente e estão compostos por:

	31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025
Ativos garantidores			
Aplicações financeiras vinculadas (i)	103.269.030	54.153.266	103.269.030
Total	103.269.030	54.153.266	103.269.030
Provisão de Insuficiência de Prêmios	-	-	-
Provisão de Eventos a Liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	(40.919.252)	(21.599.730)	(40.919.252)
Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(55.286.175)	(29.902.341)	(55.286.175)
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para o SUS	(174.056)	(285.758)	(174.056)
Total	(96.379.483)	(51.787.829)	(96.379.483)
Suficiência de vínculo dos ativos garantidores	6.889.547	2.365.436	6.889.547

(i) As operadoras com APA – Autorização Prévia da ANS – para livre movimentação de aplicações financeiras de ativos garantidores não estão sujeitas à avaliação de necessidade de vínculo, sendo exigido apenas o lastro. A Alice Operadora S.A. possui APA vigente, nos termos da regulamentação aplicável, estando, portanto, autorizada à livre movimentação das aplicações financeiras vinculadas a ativos garantidores, observadas as regras de suficiência de lastro estabelecidas pela ANS.

4.2. Débitos de operações de assistência à saúde

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Contraprestações/prêmios a restituir	11.163	-	11.163
Resseguros – prêmios	-	7.864.518	-
Receita Antecipada de Contraprestações (i)	3.492.533	1.751.407	3.492.533
Comercialização sobre Operações de Assistência (ii) Médico-Hospitalar	6.794.431	1.236.246	6.794.431
Total	10.298.127	10.852.171	10.298.127

(i) Corresponde às contraprestações emitidas e recebidas antecipadamente ao respectivo período de cobertura contratual. Os valores são reconhecidos como passivo até a efetiva prestação do serviço, quando então apropriados ao resultado pelo regime de competência.

(iii) Refere-se aos valores de comissões devidas a corretores e demais intermediários pela comercialização de planos de assistência à saúde. Os montantes são reconhecidos como passivo no momento da geração da obrigação contratual e liquidados conforme as condições pactuadas com os respectivos parceiros comerciais.

4.3. Provisões para ações judiciais

4.3.1. Ações judiciais com risco de perda provável

A Companhia e sua controlada constituem provisão para ações judiciais com base na opinião de seus assessores jurídicos. Processos com risco de perda provável são integralmente provisionados. Os valores contabilizados estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Cíveis	593.556	387.038	593.556
Trabalhistas	-	66.165	41.790
Total	593.556	453.203	635.346

Movimentação da provisão para ações judiciais

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Saldos no início do exercício	453.203	209.580	453.203
Constituições	655.312	243.623	697.102
Reversões e baixas	(514.959)	-	(514.959)
Saldos no fim do exercício	593.556	453.203	635.346

4.3.2. Ações judiciais com risco de perda possível

As contingências classificadas como perda possível referem-se substancialmente a demandas cíveis relacionadas à cobertura assistencial, discussões contratuais envolvendo carências, cancelamentos de contratos, exclusão de coberturas, doenças pré-existentes e questionamentos acerca de reajustes, bem como a processos trabalhistas decorrentes de reclamações usuais da atividade operacional.

A classificação do risco de perda é efetuada com base na avaliação individual de cada processo, considerando o estágio processual, a análise técnica dos assessores jurídicos internos e externos, a existência de precedentes jurisprudenciais aplicáveis e as particularidades de cada demanda. As estimativas envolvem julgamento significativo da administração quanto à probabilidade de perda e à mensuração dos valores potencialmente envolvidos.

Os valores divulgados correspondem às melhores estimativas de exposição na data-base das demonstrações financeiras e não refletem necessariamente o desfecho futuro das ações.

A Companhia e sua controlada não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Cíveis (i)	5.537.176	2.790.369	5.537.176
Trabalhistas	100.791	792.604	261.952
Total	5.637.967	3.582.973	5.799.128

(i) Aumento refere-se a questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes.

4.3.3. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais e fiscais da Companhia e suas controladas estão correlacionadas às provisões e passivos contingentes. São garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial de resgate desses depósitos por uma das partes envolvidas.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Cíveis	203.537	182.544	203.537
Trabalhistas	-	-	-
Total	203.537	182.544	203.537

4.4. Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado
Tributos e encargos sociais a recolher	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
INSS e FGTS a Recolher	212.871	137.361	212.871
IRRF Folha	51.590	103.165	51.590
IRRF Terceiros	370.245	189.917	370.245
Imposto Sobre Serviços retidos	432.770	246.554	434.372
PIS/COFINS/ISS	1.359.052	1.023.856	1.432.513
PCC a Recolher	811.387	379.084	831.670
Total	3.237.915	2.079.937	3.333.261

4.5. Débitos diversos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Débitos diversos			
Provisão de Férias e Encargos	714.622	196.067	6.893.681
Fornecedores	78.182	2.854.586	1.854.830
Obrigações com partes relacionadas (i)	2.897.590	1.318.658	80.500
Débitos com Aquisição de Carteira	13.540.534	17.305.707	13.540.534
Comissões a Pagar	119.956	-	563.275
Passivo de arrendamentos (ii)	-	-	15.549.686
Total	17.350.884	21.675.018	38.482.505
Passivo circulante	8.819.988	6.574.941	16.037.563
Passivo não circulante	8.530.896	15.100.077	22.444.943
Total	17.350.884	21.675.018	38.482.505

(i) Os créditos e débitos entre partes relacionadas referem-se ao compartilhamento de despesas de folha de pagamento entre as empresas do grupo. No exercício de 2024, os times de BackOffice, vendas, negócios e operações estão centralizados, principalmente, na Alice Tecnologia e os custos relacionados a essas equipes foram rateados entre as demais empresas do grupo. Esse compartilhamento resultou no saldo de partes relacionadas registrado nas demonstrações contábeis do período, não havendo nenhum saldo com natureza distinta ao mencionado na Nota Explicativa em questão.

(ii) Na adoção inicial do CPC 06 (R2) a Companhia optou por mensurar os ativos de direito de uso por um valor presente igual ao passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento acumulados que existiam na data de transição. A taxa incremental aplicada para os passivos financeiros do arrendamento é de 16,80%.

	Consolidado
	31/12/2025
Saldo no início do período	16.954.826
Novos contratos e remensuração de contratos existentes	585.109
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento	(4.677.936)
Juros sobre passivos de arrendamento	2.687.687
Saldo no final do período	15.549.686
Circulante	1.635.639
Não circulante	13.914.047
Despesa de amortização de arrendamento	(1.757.192)
Despesa de juros sobre passivos de arrendamento	(3.272.796)
Efeito do arrendamento	(5.029.988)

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes referentes a arrendamento de imóveis possuem a seguinte composição:

	Consolidado
2026	1.635.639
2027	1.892.540
2028	2.236.042
2029	2.641.891
2030 a 2032	7.143.573
	15.549.685

5. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 360.487.344 quotas, no valor de R\$1,00 cada, perfazendo o montante de R\$360.487.344 em 2025 (R\$138.000.177 até 2024).

Em fevereiro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 51.418.287,00 (cinquenta e um milhões quatrocentos e dezoito mil duzentos e oitenta e sete reais), mediante a emissão de 51.418.287 (cinquenta e um milhões quatrocentos e dezoito mil duzentos e oitenta e sete) novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

Em abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em R\$70.776.464,00 (setenta milhões, setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), mediante a emissão de 70.776.464 (setenta milhões, setecentas e setenta e seis mil, quatrocentas e sessenta e quatro) novas quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

Em julho de 2025, foi aprovado aumento do capital social da Companhia em R\$ 100.292.415,08 (cem milhões duzentos e noventa e dois mil quatrocentos e quinze reais e oito centavos), desprezando-se os centavos para fins de aumento de capital, mediante a emissão de 100.292.415 (cem milhões duzentos e noventa e dois mil quatrocentos e quinze) novas quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

5.1. Capital regulatório

Considerando a Resolução Normativa da ANS Nº 451, de 06 de março de 2020 e suas alterações, que dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde, especificamente, quanto à possibilidade da adoção antecipada do capital baseado em riscos para apuração do capital regulatório.

Atualmente a Companhia encontra-se com suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado – PLA em relação a Capital Baseado em Riscos, no montante de R\$85.491.775 (R\$4.275.185 de suficiência em 2024).

Capital Baseado em Risco (C)	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido (A)	226.490.953	90.240.329
Deduções obrigatórias (B)	(72.020.986)	(48.251.132)
Patrimônio líquido Ajustado (A+B)	154.469.967	41.989.197

Risco de crédito (CRC)	10.505.087	6.570.654
Risco de Subscrição (CRS)	45.821.664	23.336.259
Risco Operacional e Legal (CRO)	15.918.044	8.551.114
Risco de Mercado (CRM)	3.871.887	3.804.857
Capital Regulatório	68.978.191	37.054.827
Suficiência/(Insuficiência) (B) - (C)	85.491.775	4.934.370

6. Demonstração do resultado

6.1 Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Contraprestações (i)	660.954.100	351.792.251	660.954.100
(-) Outras Deduções - Descontos	(15.402.220)	(2.594.293)	(15.402.220)
Variação das Provisões Técnicas de Operações	-	6.558.853	-
Assistência à Saúde (ii)			
(-) Tributos diretos de oper. c/ planos assistência à saúde da operadora	(15.975.803)	(6.688.671)	(15.975.803)
Total	629.576.077	349.068.140	629.576.077

(i) No exercício de 2025, a Companhia registrou crescimento relevante da base de beneficiários, com maior concentração na carteira de planos empresariais, refletindo na evolução das contraprestações emitidas. Em 31 de dezembro de 2025, as receitas com contraprestações totalizaram R\$ 482.872.184 em planos empresariais e R\$ 178.081.916 em planos individuais, em comparação com R\$ 197.110.490 e R\$ 154.681.761, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024.

(ii) Entre os exercícios de 2019 e agosto de 2024, a Companhia constituiu Provisão para Insuficiência de Contraprestação/Prêmios (PIC), em conformidade com a metodologia estabelecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e regulamentação aplicável, cujos efeitos eram registrados no grupo “Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde”.

No segundo semestre de 2024, a Companhia desenvolveu metodologia própria de cálculo da PIC, fundamentada em estudo atuarial, tendo protocolado junto à ANS, em 28 de agosto de 2024, pedido formal de alteração da metodologia. Em 12 de setembro de 2024, a ANS aprovou a metodologia própria apresentada, resultando na reversão integral do saldo anteriormente constituído no passivo, com reflexo no resultado do exercício.

6.2. Eventos indenizáveis líquidos

		Controladora	Consolidado
Eventos indenizáveis líquidos	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Eventos conhecidos ou avisados (i)	507.897.505	283.065.291	507.897.505
Recuperação por coparticipação (i)	(16.788.118)	(2.919.491)	(16.788.118)
Outras recuperações	(832.486)	(30.557)	(832.486)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (ii)	25.383.833	12.237.846	25.383.833
Resseguro	2.026.422	-	2.026.422
Total	517.687.156	292.353.089	517.687.156

(i) Representa os eventos avisados e registrados pela Alice Operadora. Evolução se deve ao aumento da carteira de beneficiários e também a inclusão de cobrança de coparticipação em mais produtos do portfólio.

(ii) A Companhia efetuou até 31 de dezembro de 2025 o cálculo da provisão de eventos ocorridos e não avisados, apurado por metodologia regulamentada pela RN nº 393/2015.

6.3. Despesas de comercialização

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Despesas com comissão/agenciamento (i)	66.372.362	14.058.471	66.372.362
Incentivo de vendas – Partes relacionadas (ii)	-	559.685	-
Despesas com incentivo de Vendas (iii)	10.545.835	4.859.122	10.545.835
Total	76.918.197	19.477.278	76.918.197

(i) Despesas relacionadas a prestação de serviços de corretagem e agenciamento entre as corretoras parceiras e a Alice Operadora, bem como com amortização da comissão diferida no exercício

(ii) Despesas relacionadas à prestação de serviços entre a Alice Bem e a Alice Operadora, a remuneração é com base no faturamento, pelas entregas do engajamento e promoção da base de membros da Alice operadora, o contrato de prestação de serviço foi encerrado ainda em abril de 2024.

(iii) Despesas relacionadas a incentivos de vendas para corretoras parceiras conforme cumprimento de metas pré-estabelecidas.

6.4. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Despesas administrativas			
Despesas com pessoal (i)	66.454.706	16.988.997	67.024.895
Serviços com terceiros (ii)	18.670.031	15.446.049	22.848.051
Serviços com terceiros – Partes relacionadas (iii)	6.302.050	3.447.726	-
Despesas com localização e funcionamento	197.610	120.799	4.083.534
Publicidade e propaganda	3.671.101	41.395	7.290.553
Tributos	563.198	427.417	574.123
Despesas Diversas	768.191	962.430	5.098.385
Depreciação / Amortizações	-	-	6.941.600
Softwares e tecnologia	-	-	16.369.464
Total	96.626.887	37.434.813	130.230.605

(i) Contempla as despesas com pessoal próprio, sendo salários e respectivos encargos.

(ii) Evolução decorrente das necessidades administrativas alavancadas em 2025, sendo composta por serviços de terceiros como honorários (advocatícios, consultoria, auditoria etc.) e outras despesas (licenças de uso de software e outras despesas ligadas à saúde).

(iii) Saldo referente aos gastos de infraestrutura de tecnologia e softwares ofertados pela Alice Tecnologia para Alice operadora.

6.5 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Receitas Financeiras			
Receitas de Aplicações Financeiras	30.280.381	11.614.144	32.506.243
Subtotal	30.280.381	11.614.144	32.506.243
Despesas financeiras			
Despesas Bancárias	(70.325)	(57.641)	(239.791)
Descontos Concedidos	(796.111)	(316.338)	(796.111)
Imposto sobre Transações Financeiras	(283.656)	(39.889)	(559.674)
Despesas de Ajuste a Valor Presente (i)	(3.697.192)	(5.930.795)	(3.697.192)
Despesas com arrendamentos	-	-	(2.687.687)
Subtotal	(4.847.284)	(6.344.663)	(7.980.455)
Total	25.433.096	5.269.481	24.525.788

(i) Ajuste a valor presente da carteira de clientes da QSaude. Vide nota 12.13.

6.6 Despesas patrimoniais

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Receitas Patrimoniais	2.648.429	-	-
Despesas Patrimoniais	(38.523.518)	-	-
Total	(35.875.089)	-	-

6.6.1 Resultado com resseguro

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Indenizações com sinistros	-	-	-
Prêmios	(2.026.422)	-	(2.026.422)
Total	(2.026.422)	-	(2.026.422)

6.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são calculados com base na legislação tributária vigente na data-base das demonstrações financeiras.

Na controladora, não há operações próprias relevantes, não tendo sido apurados impostos correntes ou reconhecidos ativos ou passivos fiscais diferidos no período.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a controlada Alice Tecnologia não apresentou lucro tributável no exercício. Dessa forma, não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social correntes.

Os saldos tributários apresentados referem-se substancialmente à baixa de ativos fiscais diferidos anteriormente reconhecidos, em razão da ausência de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. A baixa foi reconhecida no resultado do exercício, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis. A alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL é de 34%.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Corrente			
Diferido	-	-	(1.3464.06)
Total	-	-	(1.3464.06)

7. Transações com partes relacionadas

A Alice Operadora, efetua transações com empresas do mesmo grupo econômico, denominadas Alice Bem, Alice Tecnologia e Alice Serviços Médicos, essas operações foram praticadas a valores, prazos e encargos usuais de mercado, segue as operações realizadas em 2025 e 2024.

7.1.1. Bens e Títulos a Receber e a Pagar de Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Alice Serviços Médicos	-	71.636	-
Créditos com partes relacionadas (i)	-	71.636	-
Alice Tecnologia	2.897.590		
Alice Serviços Médicos			80.500
Obrigações com partes relacionadas (i)	2.897.590	1.318.658	80.500
Total	2.897.590	1.390.294	80.500

Movimentação de receitas e despesas de Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Alice Serviços Médicos		4.740.431	
Receitas – Contraprestações emitidas	-	4.740.431	-

Alice Tecnologia	(27.418.443,27)	(15.478.721,96)
------------------	-----------------	-----------------



Alice Operadora LTDA.
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Alice Serviços Médicos	(43.666.530)	(12.200.220)	(43.666.530)
Despesas	(71.084.973)	(27.678.942)	(27.678.942)
Total	(71.084.973)	(22.938.511)	(27.678.942)

(i) Os créditos e débitos entre partes relacionadas referem-se ao compartilhamento de despesas de folha de pagamento entre as empresas do grupo. No exercício de 2024, os times de BackOffice, vendas, negócios e operações estão centralizados, principalmente, na Alice Tecnologia e os custos relacionados a essas equipes foram rateados entre as demais empresas do grupo. Esse compartilhamento resultou no saldo de partes relacionadas registrado nas demonstrações contábeis do período, não havendo nenhum saldo com natureza distinta ao mencionado na Nota Explicativa em questão.

7.2 Remuneração da administração

O pessoas-chave da administração da operadora compreende os membros da Diretoria Executiva e demais administradores que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da empresa, incluindo o representante legal perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme exigências regulatórias aplicáveis.

A remuneração do pessoas-chave da administração é composta substancialmente por benefícios de curto prazo, incluindo remuneração fixa, e encargos sociais correspondentes, sendo reconhecida no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. Os valores reconhecidos no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração do pessoas-chave da administração (i)	5.431.573	727.110
Total	5.431.573	727.110

(i) Em 2025 ocorreu a reorganização operacional implementada pela empresa, por meio da qual determinados gastos com pessoas-chave da administração passaram a ser reconhecidos diretamente na operadora, por refletirem de forma mais adequada a substância econômica das atividades desempenhadas. Tal alteração impacta a comparabilidade entre os exercícios, não representando aumento proporcional na estrutura de remuneração, mas sim realocação contábil dos respectivos custos.

8. Seguros

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos, em montantes considerados pela administração suficientes para cobrir eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, em razão de sua natureza, não integram o escopo da auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controlada mantinham as seguintes principais apólices contratadas com terceiros:

Item	Item	Valores segurados
Seguro predial	Danos materiais às edificações, instalações, máquinas e equipamentos	35.000.000

9. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos – RN 518/22

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia e suas controladas, destacam-se:

a) Risco de crédito

O risco de crédito decorrente da eventual inadimplência de valores faturados aos clientes é mitigado pela ampla pulverização da base de beneficiários e pela prerrogativa legal de suspensão do atendimento após determinado período de inadimplência, assim como pelo cancelamento contratual nos casos previstos em norma.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito relacionado às aplicações financeiras. Esse risco é reduzido por meio da diversificação dos ativos e da contínua avaliação e monitoramento da qualidade de crédito dos emissores privados, em conformidade com a política interna de investimentos

b) Risco de taxa de câmbio

Assim como as demais empresas atuantes no setor de saúde suplementar, a Companhia e suas controladas também estão sujeitas aos efeitos da variação cambial sobre os custos dos serviços prestados, tendo em vista que parte dos medicamentos e materiais médico-hospitalares estão vinculados à variação cambial.

c) Risco de taxa de juros

O risco inerente de taxa de juros surge em virtude da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de juros vinculadas ao CDI, os quais a Companhia eventualmente possa estar exposta nos seus investimentos financeiros, mútuos a receber e arrendamentos. Para reduzir a exposição a variações nas taxas de juros do mercado local, a Companhia concentra suas aplicações financeiras indexadas à variação do CDI.

Risco de liquidez

A Companhia monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazos. Vide quadro a seguir:

Indicadores de liquidez	Controladora		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Ativo Circulante	267.136.654	158.900.895	275.930.011
Passivo Circulante	144.940.785	84.066.943	152.295.495
Liquidez corrente	122.195.869	74.833.952	123.634.516
Ativo	379.962.634	189.407.349	401.231.391
Passivo	153.471.681	99.167.020	174.740.438
Liquidez corrente	226.490.953	90.240.329	226.490.953

10. Demonstração dos fluxos de caixa

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras de planos de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto.

A legislação vigente determina à Companhia que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto, destaque a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado
(Valores expressos em reais – R\$)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado Líquido do período	(86.236.542)	(5.964.149)	(86.236.542)
Ajustes para Conciliação do Resultado	135.170.493	33.807.165	99.295.404
Depreciações / Amortização	3.602.841	3.602.841	3.602.841
Provisões Técnicas – PIC	–	(6.558.853)	–
Provisões Técnicas – PEONA / REMISSÃO	25.383.833	12.237.846	25.383.833
Provisões Técnicas – PEONA / REMISSÃO	25.383.833	5.678.993	25.383.833
Provisões / Reversão para Perdas sobre Créditos	6.633.034	6.694.360	6.633.034
Provisão para Contingências	174.540	243.623	174.540
Amortização de despesas de comercialização diferidas	59.803.964	11.656.553	59.803.964
Mudança no valor presente	3.697.192	5.930.795	3.697.192
Lucro / Perda em empresas investidas	35.875.089	–	–
Resultado Líquido Ajustado	48.933.951	27.843.016	13.058.863
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(252.882.524)	(68.301.570)	(289.165.944)
Aplicações	(75.913.184)	(27.858.368)	(82.905.898)
Crédito de Oper c/ Planos de Assistência à Saúde	(8.440.166)	(4.130.686)	(7.974.203)
Créditos Tributários e Previdenciários	(3.237.865)	320.399	(3.832.692)
Bens e Títulos a Receber	(387.293)	48.279	(567.850)
Despesas Antecipadas	(517.381)	–	(1.898.355)
Despesas Diferidas	(86.956.145)	(29.804.290)	(86.956.145)
Depósitos Judiciais	(20.992)	(182.544)	(20.992)
Imobilizado	–	–	(8.802.823)
Direito de uso	–	–	(9.930.944)

Intangível	(70.776.464)	–	(79.643.008)
Reversão Provisões para Perdas sobre Créditos	(6.633.034)	(6.694.360)	(6.633.034)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	25.049.095	5.284.064	46.317.852
Provisões Téc de Operações de Assist à Saúde	19.207.820	(1.250.236)	19.207.820
Prêmios / Contraprestações não Ganhas	13.292.855	6.187.188	13.292.855
Débitos de Operações de Assistência Saúde	(4.251.236)	(2.948.743)	(4.251.236)
Tributos e Contribuições a Recolher	1.157.978	986.937	1.253.324
Débitos Diversos	(4.358.321)	2.308.919	2.901.044
Outras Exigibilidades de Longo Prazo	–	–	13.914.047
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(178.899.477)	(35.174.492)	(229.789.229)

alice

Alice Operadora LTDA.
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

ALICE OPERADORA LTDA.

34.266.553/0001-02

LUIZ OCTAVIO MALUF SANTOS

CFO

MOACIR ANDRADE MACHADO

CONTADOR - CRC: 1SP242981/O-0

**PARECER ATUARIAL SOBRE AS PROVISÕES TÉCNICAS CONSTANTES NAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

À

ALICE OPERADORA LTDA

1- Examinamos as demonstrações financeiras da Operadora Alice Operadora Ltda., CNPJ 34.266.553/0001-02, Registro na ANS 42.192-8, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendidas por: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício. Nossa responsabilidade é de validar os valores das provisões técnicas atuariais contidas nessas demonstrações financeiras, calculadas com base em Nota Técnica Atuarial de Provisão - NTAP, em cumprimento ao anexo I, capítulo I, item 6.3.11 da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS nº 528/2022 e suas alterações.

2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas Técnicas Atuariais aplicáveis à Operadora, assim definidas pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e ANS, restritos a: (a) avaliação dos procedimentos atuariais; e (b) análise do cumprimento da Resolução Normativa da ANS nº 574/2023 e suas alterações, no que tange à constituição das provisões técnicas consubstanciadas em Nota Técnica Atuarial de Provisões - NTAP.

3- A Operadora possui Nota Técnica Atuarial de Provisão vigente em dezembro/2025 para:

- Provisão de Insuficiência de Contraprestações (PIC) autorizada pela ANS por meio do ofício nº 773/2024/COAOP/GEAOP/GGAME/DIRAD-DIOPE/DIOPE, de 12/09/2024. O montante integral apurado em 31 de dezembro de 2025 para essa provisão é de R\$ 0,00.

4 - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente o registro do valor da provisão técnica calculado por metodologia prevista na NTAP e informados à Operadora.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2026.

**BEATRIZ RESENDE
RIOS DA MATA
PFEILSTICKER:057260
20650**

Assinado de forma digital por
BEATRIZ RESENDE RIOS DA
MATA
PFEILSTICKER:05726020650
Dados: 2026.02.24 11:37:02
-03'00'

Beatriz Resende Rios da Mata Pfeilsticker
Diretora Técnica e Responsável Técnico-Atuarial
MIBA/MTE nº 1.474
Plurall Soluções e Estratégias em Saúde Suplementar Ltda
CIBA nº 83